

# DO PÚLPITO AO PLENÁRIO: A TRAJETÓRIA DOS LÍDERES RELIGIOSOS A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NUMA RELAÇÃO IGREJA E POLÍTICA NO BRASIL <sup>1</sup>

Daniele de Jesus OLIVEIRA <sup>2</sup>

## RESUMO

Os estudos sobre a intervenção religiosa na política, no âmbito das ciências sociais são fundamentais, porque às conseqüências da interferência religiosa no campo político faz-se sentir na sociedade contemporânea quando da tomada de decisão em assuntos considerados polêmicos por parte dos políticos religiosos, no caso da pesquisa os evangélicos fato que ocorre desde os municípios até o congresso nacional. A problemática deixa claro a influência da religião no Estado ao imiscuírem assuntos seculares a temas religiosos. Pretende-se realizar uma análise do conceito de secularização, buscando verificar, em que medida a Igreja está de fato separada do Estado como aponta a modernidade.

**Palavras- Chave:** Estado. Política. Religião. Secularização. Modernidade.

A expansão evangélica no Brasil não se restringe ao campo religioso.

Atualmente, atingimos a população de mais de 30 milhões de pessoas, das quais a filiação religiosa está ligada ao protestantismo, mais precisamente na vertente evangélica. A problemática não se resume à simples explosão numérica evangélica, mas também à explosão da participação na política o qual se transformou, desde o final do século passado, na forma que assume no exercício da administração pública segmentos cada vez maiores de políticos evangélicos.

Na discussão sobre o papel da religião na atualidade, não podemos deixar de lado a sua importância política, sobretudo, quando muitos teóricos apontam para um declínio do sagrado, na esteira de um postulado da secularização- racionalidade de mundo.

[...]Para quebrar a magia e disseminar a racionalização da conduta de vida, só houve em todos os tempos um único meio : grandes profecias racionais. Nem toda profecia, contudo destrói o poder da magia: mas é possível que um profeta que se legitima a si mesmo mediante o milagre e outros meios quebre as regras sagradas tradicionais. As profecias trouxeram o desencantamento do mundo e, com isso, criaram fundamento para a nossa ciência moderna, para a técnica e o capitalismo. ( WEBER, 1994).

---

<sup>1</sup> Está análise é parte da pesquisa “ Política e Religião no Brasil um desenlace inacabado”. Orientador: José Geraldo .A. B. Poker, email: [jgpoker@marilia.unesp.br](mailto:jgpoker@marilia.unesp.br). Faculdade de Filosofia e Ciências, CEP:17525-900 – Marília, São Paulo\Brasil- UNESP- Universidade Estadual Paulista.

<sup>2</sup> Aluna do 4 Ano do Curso de Ciências Sociais e desenvolve trabalhos na área da Sociologia da Religião, email: [djo\\_c@yahoo.com.br](mailto:djo_c@yahoo.com.br). Faculdade de Filosofia e Ciências, CEP:17525-900- Marília, São Paulo\Brasil- UNESP- Universidade Estadual Paulista.

Ao dissertar sobre a ligação entre racionalidade de mundo, técnica e capitalismo, Weber sugere que a religião sofreu um processo de racionalização deslocando-se do campo privado para um ascetismo intramundano através de um processo de desencantamento de mundo, isto é da perda da magia em direção a uma profecia racional, onde o profeta vale-se de elementos outros para superar as tradições, nesse ínterim o líder carismático aparece como figura importante para execução da racionalização da religião.

Segundo Joanildo Burity , existem três correntes que englobam a maioria das análises acerca da relação religião e política, uma vez que cabia a religião um papel secundário na configuração da sociedade contemporânea, mesmo nas visões críticas do liberalismo: a de que os assuntos e convicções religiosas pertencem a esfera privada dos indivíduos, a neutralidade do estado, a separação entre igreja e estado. O autor afirma em sua análise que há a necessidade de se repensar a relação religião e política, posto que a religião como prática pessoal hoje ocorre ao par com uma desprivatização ou publicização do religioso (BURITY,1998,p.1-2). O autor explica-nos que:

[...] Esta conjunção de aprofundamento da religião como pratica pessoal e desprivatização da religião como força social e política é muito mais frutífera como agenda para discussão do que o “retorno do sagrado” ou as querelas sobre a secularização se estamos pensando na relação entre religião e política. Se há alguma volta aqui, para efeito de discussão, é a da religião à esfera pública, uma penetração ou reabertura dos espaços públicos –institucionalizados ou não- à ação organizada de grupos e organizações religiosas, e não tanto um reavivamento da adesão religiosa, que teria quase desaparecido e regressaria à esfera da cultura. (BURITY, p.3).

A incursão da religião no cenário político caracteriza um problema á medida que intervêm na consecução de políticas públicas, que por sua vez reclama laicidade lesando um dos pontos que é a pedra de toque da modernidade, isto é a secularização assentada na separação estado e Igreja. A religião tomada na discussão política provoca problemas generalizados, que aliados as problemáticas sociais, tais como legalização das drogas, a descriminalização do aborto, á união civil de homossexuais, a utilização de células embrionárias em pesquisas científicas, acabam engessadas pela postura intransigente e corporativa aliada a uma moralidade cristã estrita, por parte de deputados e senadores evangélicos (pentecostais), conforme se comprova as intervenções contrárias nas votações em torno dos temas levantados.

[...] O processo de “desprivatização “mais uma vez questiona a posição do secularismo como conteúdo exclusivo, ou pelo menos predominante, do estado e das estruturas sociais. A idéia de que o espaço público deve estar totalmente

destituído de conotações religiosas (a praça pública desnuda, evocada por Neuhaus), como pré-requisito para a igualdade e liberdade de seus cidadãos, parece mais frágil hoje do que alguns anos atrás. (FERRARI, 1999,p.14).

O sistema político brasileiro oferece condições para que diferentes grupos façam suas incursões na administração pública, assim numa relação religião-política partidária igrejas como Assembléia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus possuem importante representação no cenário político, uma vez que sua participação não se limita ao poder legislativo, mas percorre outras raias do poder.

Pierruci, ao dissertar acerca das variadas posições científicas no que tange a importância e papel da religião na atualidade demonstra-nos que a extensão desse crescimento ou retomada expresso nos movimentos religiosos se restringe à esfera do privado, do íntimo, o que retira da religião a função de matriz cultural gregária. A seu ver a religião perdeu terreno influenciador na vida social, limitando-se a esfera individual ( OLIVEIRA, 2005,p. 6)

A mercadorização fetichizante dos bens de salvação de fato tem dado resultados para a religiosidade contemporânea e seus performáticos profissionais: um deles, certamente não previsto e eventualmente não desejado é a sua desmoralização. (Pierruci, Folha de SP, caderno Mais!, 30\12\2000)

De acordo com Flávio Pierruci, o aparecimento de novos movimentos religiosos não representa uma volta da religiosidade, ao contrário, reafirma a tese da secularização, uma vez que ela é entendida enquanto um processo esporádico, cujos momentos de contração e expansão se alternam, mas que ao final, tomado numa perspectiva de longa duração, esse processo se põe linear e irreversível (Pierruci, 1997, p. 111).

[...] Assim o surgimento dessas novas religiosidades (não tradicionais) se explica pelo avanço do processo de secularização, pois são a expressão de um declínio geral do compromisso religioso. Esses novos movimentos representariam, na visão de Pierruci, tão somente a redução da religião a mais um item de consumo, e eles só podem conviver entre si porque a secularização continua seguindo seu ritmo. (Pierruci,1997, p.113)

Ao dissertar sobre a mercadorização da religião o ponto central de Pierruci é entender a secularização enquanto uma transição de uma situação de monopólio teológico-religiosa para um estado de pluralismo. Cogitando até mesmo um possível reencantamento,ou ressurgimento da religião nas bases desse pluralismo, porém, num sentido de remagificação do campo religioso, vinculados a uma lógica mercadológica dos bens de salvação, de modo que em sua análise a

religião perdeu o papel na vida social, ao tornar-se mais um item de mercado de consumo capitalista, logo ela se desmoralizou (Pierruci,1997,p.112-114).

[...] E não foi só o pensamento teórico que desencantou o mundo, mas foi precisamente a tentativa da ética religiosa de racionalizá-lo no aspecto prático-ético que levou a este curso. ( ZB;GARS I : 571; ESSR I : 560)

Diante disso, torna-se fundamental o estudo destas questões pelas ciências sociais, pois a ciência em geral, e as ciências sociais em particular, enfrentam uma crise paradigmática devido aos processos de transformações sociais, culturais e econômicas, que agravam e movimentam os problemas fundamentais das ciências. De acordo com Buryti, o religioso e o político se desterritorializaram – multiplicando-se suas instâncias e “flutuando “ através das fronteiras culturais, políticas e mesmo econômicas das muitas sociedades contemporâneas. Daí a necessidade de se discutir não o concerto dessas instâncias religião\política, mas que há transversabilidades e superposições dos dois terrenos pelos espaços e tempos das sociedades concretas, o que infere que o concerto não está em toda parte, nem que possam investir em qualquer espaço social, contudo no campo político brasileiro a relação é clara e suas consequências são sentidas, conforme já enunciado. (BURITY, 1998, p. 7). Para esse autor:

A matiz se refere ao status do político e do religioso. Pois é notório que para além das reafirmações permitidas pela linguagem da “volta da religião” ou da ampliação da esfera pública ou política”, o que se passa é uma mudança na definição do que seja política ou religião. De um lado, os limites do político extrapolam o estado, o que atesta a insuficiência do neutralismo e da separação entre igreja e estado para disciplinar a relação religião\política.De outro lado, há uma visível desinstitucionalização da religião, que se traduz na proliferação de igrejas, movimentos e grupos informais que não mais se prendem aos protocolos de autorização ou sanção eclesial, bem como na difusão\ disseminação do religioso para além das fronteiras reguladas pelas instituições religiosas. (BURITY, 1998, p. 9).

Frente a estas conjunturas sociais, econômicas e históricas, a entrada dos evangélicos no âmbito político é tributária de vários fatores e seu sucesso na política, deita raízes no regime militar, onde, esse ávido por apoio da ala religiosa, uma vez que a Igreja Católica nesse momento representava perigo, pelo papel da Cebs (Comunidades Eclesiais de Base) vinculado as diretrizes comunistas, enxergaram nos evangélicos a possibilidade de manutenção de sua política.

A partir de então a relação dos evangélicos que até o momento eram conhecidos como apolíticos mudou, e esses passaram a ter visibilidade na política brasileira, sobretudo

quando da formação da Frente Parlamentar evangélica em 1993 que contou com 60 deputados, sendo a terceira maior bancada no Congresso. (MARIANO, 1999, p. 37).

[...] Cortejados e assediados por partidos de todos os matizes ideológicos, não só procuram eleger candidatos próprios, como Francisco Rossi, Benedita da Silva, Marcelo Crivella, Anthony e Rosinha Garotinho, como tentam influir nos rumos da política nacional. (MARIANO, 1999, p. 3).

Juntas Assembléia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus são as igrejas com maior pleito eleitoral lançando candidaturas próprias, no caso da IURD, essa não mede esforços para eleger seus candidatos, nem tenta, como o fazem outras igrejas pentecostais, escamotear, por meio de subterfúgios vários, tal propósito dos fiéis. Como não se ressentem do peso da tradição sectária e apolítica do pentecostalismo, seus líderes não necessitam dar maiores explicações para justificar sua participação no jogo político-partidário.

Assim seu interesse pela política, como se pode observar não é desinteressado nem nobre. Busca conciliar interesses bem como: conquista de poder e atendimento dos interesses corporativos da denominação e das causas evangélicas. De modo que, quando tentam justificar seus mandatos, políticos pentecostais de todas as matizes apontam feitos como a defesa de privilégios fiscais para as igrejas, o combate a virtuais penalidades pela desobediência de leis restritivas à poluição sonora, e no plano municipal, às relativas aos códigos de edificações. Além disso, tal como os parlamentares afinados com a moral da Igreja Católica, os políticos pentecostais costumam içar e brandir velhas bandeiras moralistas, causas do agrado de suas bases eleitorais, como a censura nos meios midiáticos e a oposição a legalização do aborto, à pornografia, à união civil de homossexuais, à descriminalização da maconha (MARIANO, 1999, p. 91).

Sob o ponto de vista da dominação carismática dos líderes, através do uso da máquina da igreja, a disciplina dos pastores e a obediência de boa parcela dos fiéis constituem importantes elementos do sucesso eleitoral desses pastores-candidatos. Na medida que suas candidaturas são impulsionadas pelo clientelismo desses fiéis que os escolhem em virtude de seu papel enquanto líder religioso e não como administrador público. Durante as eleições, os templos exibem faixas com o nome e número dos candidatos oficiais da igreja. Pastores e bispos pedem abertamente votos para eles do alto do púlpito. Obreiros distribuem “santinhos”. Suas emissoras de rádio e TV fazem propaganda eleitoral, convidando seus candidatos, Por exemplo, para participar de entrevistas em programas jornalísticos (MARIANO, 1999, p.92).

Complementando essa perspectiva, Freston (1998) suscita que:

A IURD tem a seu dispor invejáveis recursos para conquistar o apoio de outras denominações ou líderes evangélicos na sanha política: espaços na sua rede nacional ( Rede Record pertencente a IURD), nas suas rádios, nos seus jornais com veiculação ampla; além do serviço político de seus deputados federais, estaduais e dezenas de vereadores, uma vez que a representatividade política em nível municipal tem sido explorada em demasia pelas lideranças das igrejas, além do apoio de outros aliados políticos não filiados à igreja; tem também apoio financeiro, aliada a uma teologia da prosperidade e do sucesso que conquista adeptos em segmentos cada vez maiores da comunidade evangélica. Colado a isso a IURD emprestou seu apoio a uma entidade supostamente agregadora e representativa dos protestantes o Conselho Nacional dos Pastores (CNPB), um corporativismo ampliado. (FRESTON,1998.p.11)

Os esforços de unificação do protestantismo brasileiro sempre tiveram relação estreita com a política. A confederação Evangélica do Brasil foi fundada em 1934, ano de uma constituinte, para opor-se às pretensões católicas de neo-cristandade. Funcionou como porta-voz do protestantismo até o golpe de 1964, mas foi ressuscitada por um grupo de constituintes pentecostais em 1987 para servir de canal para verbas públicas. Sua legitimidade e finalidades foram contestadas por amplos segmentos evangélicos, mas sobreviveu com o apoio, sobretudo, da cúpula da Assembléia de Deus, até que as veras obtidas na constituinte secaram ( FRESTON,1998. P.12). Balandier complementa afirmando que:

Vivemos em sociedades modernas e laicizadas, mas que nelas “o poder nunca está inteiramente esvaziado do seu conteúdo religioso, que se mantém presente, reduzido e discreto. Para ele, é da natureza do poder alimentar, sob uma forma manifesta ou oculta, uma verdadeira religião política. De modo que as estratégias do sagrado e as estratégias do poder, o autor nos diz “o sagrado é uma das dimensões do campo político; a religião pode ser um instrumento do poder, uma garantia da sua legitimidade, um dos meios utilizados no quadro das competições políticas.( BALANDIER, 1980,p.99).

Através de dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e nas Igrejas Assembléia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus, do município de Marília. Localizada na região centro-oeste paulista com população de 218.113 habitantes. AA estes se juntam uma grande população de evangélicos, que apesar de ser minoria contribuem enquanto sujeitos na participação política do município, e, portanto, são agentes políticos na cidade. Este município conta, até o presente momento, com 142 templos evangélicos, sobretudo da Assembléia de Deus,e em menor número Igreja Universal do Reino de Deus, embora juntas possuam dos treze vereadores locais sete representantes na Câmara municipal.

Nesse sentido, o artigo pretende analisar a relação religião e política dos evangélicos de, pois se por um lado a modernidade separa essas esferas como consequência da secularização afirmando ser a política um campo laico, por outro o que vem ocorrendo, sobretudo em nível municipal é uma micro amostra do que vem ocorrendo no cenário político nacional, isto é um estreitamento cada vez mais tênue ou uma conciliação da política e da religião, de modo que não há possibilidades de conciliar um desenvolvimento político neutro num ambiente onde determinantes religiosos afetem as tomadas de decisões de políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

BALANDIER, Georges. In: \_\_\_\_\_. *Antropologia Política*. Lisboa: Editorial Presença, 1980. p.99.

BURITY, Joanildo. Anexo I. In \_\_\_\_\_. *Identidade e política no campo religioso: Estudos sobre cultura, pluralismo e o novo ativismo eclesial*, Recife: Editora Universitária da UFPE, 1997. p. 4-7.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: \_\_\_\_\_. *Religião e Política na Fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p. 3.

FERRARI, Silvio. In: SAJÓ, Andras; AVINERI, Scholomo (Ed.) *The new Wine and the old Cask: Tolerance, Religion, and the Law in Contemporary Europe*,. 1999. p.14.

FRESTON, Paul. A Igreja Universal do Reino de Deus e o campo protestante no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Estratégias Religiosas na Sociedade Brasileira. Estudos de Religião*, Editora Umesp, 1998. p. 11-19.

\_\_\_\_\_. *Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment*. Tese (Doutorado em sociologia) – Universidade de Campinas, IFCH, Campinas.

MARIANO, Ricardo. Participação política: clientelismo e antiesquerdismo. In: *Neopentecostais sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Loyola, 1999. p.91.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de. O campo da sociologia das religiões: Secularização versus A “Revanche de Deus”. *Interthesis Revista Internacional Interdisciplinar*, Florianópolis, v. 2, p. 6, 2005.

PIERRUCCI, Flávio. Reencantamento e dessecularização: a propósito do auto engano em Sociologia da Religião, *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 49, p. 99-117, nov:1997.

\_\_\_\_\_. Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido”. São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.13, n 37, p.114-117, 1998.

\_\_\_\_\_. *O desencantamento do mundo*. Todos os passos do conceito em Max Weber. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: companhia das Letras. 2004. p. 41-54.

## **BIBLIGRAFIA CONSULTADA**

MARIANO. Ricardo. Neopentecostais Sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil. In \_\_\_\_\_. São Paulo: Edições Loyola,1999.

PIERRUCCI, Antonio Flavio. O desencantamento do mundo todos os passos do conceito em Max Weber. In: \_\_\_\_\_. São Paulo: Editora 34. 2005.

\_\_\_\_\_. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: Anpocs, Ciências Sociais Hoje. São Paulo, Vértice e Anpocs,1989.

\_\_\_\_\_, Antonio Flávio; PRANDI, Reginaldo. A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política. São Paulo. 1996.

WEBER. Max. A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. In:\_\_\_\_\_. São Paulo: Companhia das Letras , 2004.

\_\_\_\_\_. Economia e Sociedade vol Ie II ]. In:\_\_\_\_\_. Brasília: Ed. UNB. 2003.

---

## **ARTIGO RECEBIDO EM 2008**